

COOPERATIVISMO(S) BRASILEIRO: HIBRIDISMO E CONTRADIÇÕES NA CAMINHADA DAS COOPERATIVAS

Rosane Calgaro

Graduação, Mestrado e Doutorado em Administração. Atualmente é professora do curso de Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Francisco Beltrão. Email: rocalgaro@yahoo.com.br

Resumo

Tendo por base elementos do contexto histórico e social envolvido na emergência das cooperativas no Brasil, este artigo descreve a trajetória cooperativista nacional. Nesse sentido procura evidenciar as diferentes nuances do cooperativismo, as principais características de surgimento e direcionamento tomado por estas organizações. Na contramão de estudos norteados pelo objetivismo, que apresentam uma interpretação unilateral sobre o tema, esta análise, baseada em pesquisa bibliográfica de caráter histórico contextualizado, revela a presença de contradições, diversidade e complexidade na caminhada das cooperativas brasileiras. Destaca-se o fato das cooperativas, que na essência se caracterizam como sociedades de pessoas, estarem aderindo aos modelos e ferramentas da perspectiva dominante das organizações de caráter burocrático.

Palavras-chave: Estado. História. Vertentes cooperativistas. Representatividade.

Abstract

Based in historical and contextually elements involved in the emergence of cooperatives, this article describe the national cooperativist trajectory. In this way look for to evidence the different faces of cooperativism, the main characteristics of emergence and direction of these organizations. On the opposite way of studies based by objectivism, that show unilateral interpretation on the subject, this analyze, based in bibliography research of historical and contextually character, shows contradictions, diversity and complexity in the walk of brazilians cooperatives. We highlight the fact that cooperatives, that in their essence are people society, been adhering to the models and tools of the dominant perspective of bureaucratic organizations

Keywords: State. History. Cooperativists strands. Representativity.

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo moderno pode ser descrito como um movimento que emergiu no bojo das atividades do movimento da classe operária na primeira fase da Revolução Industrial, especialmente a partir de 1800 nos países europeus pioneiros na industrialização (Inglaterra, Alemanha e França). Atividades cooperativas representavam uma alternativa para minorar a situação de miséria das condições de vida e de trabalho vivenciada pelo operariado, a classe detentora da força de trabalho que alimentava a produção industrial. A união de esforços, que deu ensejo ao movimento cooperativista, envolveu a organização de caixas coletoras, provenientes da ajuda mútua fomentadas com a colaboração dos operários. O cerne

da ação cooperativa, enquanto possibilidade de resistência às condições impostas pelo sistema de capital esteve alicerçado principalmente em três bases: i) pelos estudos e discussões fomentados pelos militantes da classe operária durante os horários de descanso nas fábricas (SCHNEIDER, 1991; GIDE, 2008); ii) com as contribuições vindas dos utópicos defensores do socialismo como regime de produção ideal para superar a sociedade de classes instalada durante a ascensão do capitalismo (THENÓRIO FILHO, 2002; MADLENATZ, 2003); e iii) pelo aporte de estudiosos da teoria marxista de interpretação material da realidade (MARX, 1979).

No contexto brasileiro, em particular, entre as características marcantes na trajetória do movimento cooperativista, está o papel do Estado que atuou como via de mão dupla na criação de uma das vertentes mais expressivas, que tem como referência o modelo rochdaleano e abarca cooperativas de grande porte. Neste caso, emerge uma postura cooperativista conveniente aos interesses do sistema de capital, já que, seja sob os auspícios da ideologia derivada do cooperativismo de consumo, seja pelo modelo patrocinado pelo Estado, organizações cooperativas brasileiras se voltaram ao mercado isentando-se de discussões oposicionistas relativas à posse dos meios de produção e de exploração do trabalho.

Diferente do modelo de cooperativismo adotado pelas grandes organizações, estruturou-se no Brasil a vertente que abrange cooperativas criadas no bojo dos movimentos sociais, envolvendo diversos ramos de atividade¹, caracterizando um movimento cooperativo de baixo para cima, assemelhado ao modelo europeu. Calcadas na finalidade de inclusão dos menos favorecidos das políticas estatais e da lógica de competitividade advinda da iniciativa privada, estas organizações são representadas pelas redes de cooperativas e defendem uma perspectiva cooperativista solidária.

O cooperativismo brasileiro é marcado, ao longo de sua trajetória histórica, pela presença de fatores de complexidade e diversidade que geram contradições. Todavia, não se trata de algo identificável numa leitura objetivista e unilateral da criação e expansão das organizações cooperativas tal como é amplamente abordada em textos acadêmicos; o entendimento está atrelado à um olhar histórico e contextualizado considerando aspectos ideológicos e dialéticos implícitos na caminhada cooperativista.

Ir além do conhecimento aparente sobre o tema, e compreender o movimento histórico implícito na trajetória do cooperativismo constitui o propósito central deste texto. Objetivamos historicizar a trajetória cooperativista brasileira, tendo em conta os aspectos contextuais e sua influência e consequências na caminhada das cooperativas e no rumo tomado por elas. Para tal, na segunda parte se discute a trajetória histórica das cooperativas brasileiras considerando as diferentes vertentes cooperativistas e a relação com o contexto histórico que as originou. As motivações e as condições que fomentaram a estruturação da representatividade entre as cooperativas no contexto nacional compõe a terceira parte do artigo. Na sequência se apresentam as considerações finais da discussão.

¹ CPAS (cooperativas de produção agropecuária criadas pelo MST), de crédito voltadas à agricultura familiar, de trabalho originadas os casos de falência empresarial, de comercialização criadas por profissionais do artesanato.

2 COMPLEXIDADE IMPLÍCITA NAS RAÍZES DAS COOPERATIVAS NO CONTEXTO NACIONAL

Nesta seção não se descreve o movimento cooperativista brasileiro tendo por base classificações, tipologias ou categorizações das cooperativas e seus respectivos ramos de atividades, seguindo a rota de outros trabalhos, como Pontes (2004), Westphal (2008) e Faria (2009). Entende-se que, para o objetivo deste texto, qualquer tentativa de classificação implicaria em uma possível fragmentação e descuidos em relação às matizes que norteiam o cooperativismo brasileiro. A intenção fundamental é discutir a trajetória do cooperativismo no país tentando, se possível, evidenciar algumas nuances presentes na criação e no direcionamento tomado pelas cooperativas.

Nesse sentido, concordamos com Rios (1987), quando se refere à existência de múltiplas faces de um movimento em torno da ideia de cooperação, tanto no nível internacional, quanto no âmbito nacional, permeadas por complexidade e contradições. Na esfera brasileira, o cooperativismo emergiu apresentando diferentes origens e em diferentes momentos.

Uma delas, por influência de descendentes de europeus, colonizadores da Região Sul (principalmente no ramo agrícola), conforme Pontes (2004), a partir de 1930, era Vargas, pela qual as cooperativas se fortaleceram. Hoje, elas se encontram institucionalizadas e conquistaram espaço importante na capacidade produtiva brasileira de grãos². No mesmo período, também marcado por forte presença estatal, Schneider (1991) comenta o surgimento de cooperativas agrícolas e de consumo no Nordeste. Em época anterior à citada, após a proclamação da República, na década de 1890, surgiram algumas cooperativas do ramo de consumo em alguns Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul, inspiradas nos pioneiros de Rochdale. Porém, diferentes da experiência europeia, foram iniciativas de funcionários públicos e empregados do setor privado de classe média (CRUZIO, 1994; PONTES, 2004).

A principal vertente incentivadora daquelas que se transformaram em grandes cooperativas e adotaram orientação empresarial, teve origem no plano de desenvolvimento (com foco no crescimento econômico), adotado pelo governo brasileiro de Getúlio Vargas como caminho para incremento da produção agrícola. O contexto foi diferente da origem operária das experiências inglesa e francesa quando as primeiras cooperativas emergiram da situação de miséria da classe operária³.

Westphal (2008) atribui a emergência do cooperativismo brasileiro pela iniciativa dos imigrantes, do interesse estatal desenvolvimentista e da elite agrária, voltado ao serviço que as cooperativas poderiam prestar principalmente, recebendo e comercializando a produção e, ao mesmo tempo, viabilizando a aplicação de recursos públicos com vistas à modernização da produção. A crítica às cooperativas de caráter empresarial também é parte da análise realizada por Germer (2007), que as caracteriza como empreendimentos de capitalistas menores com finalidade comercial e alternativa para operações complementares à atividade produtiva, contribuindo para comercialização em escalas maiores. Tais características

² Segundo o mesmo autor, em 1973, as cooperativas foram responsáveis pelo recebimento e comercialização de 45% da soja produzida no país. (RIOS, 1987, p. 10). Em 2010, as cooperativas registradas no sistema OCB foram responsáveis por 62% do trigo e 29% da soja produzida no país (OCB, 2011).

³ Na Inglaterra, no ramo consumo e na França, na produção agrícola (RIOS, 1987, p. 24).

distanciam essa vertente das práticas originadoras da experiência dos pioneiros de Rochdale pela ausência das discussões e práticas vindas do movimento operário que deram origem à primeira cooperativa moderna (RIOS, 1987; PONTES, 2004; SANTOS, 2009).

Nessa direção, as cooperativas atuam como instrumento da ação governamental, efetiva-se “um cooperativismo de cima para baixo, ao contrário das realizações europeias do século passado, que nasceram das próprias entranhas do povo” (PINHO, 1974, p. 41). O caso da interferência governamental com incentivos às cooperativas não é isolado da perspectiva patrimonialista (FAORO, 2001; VIZEU, 2008), característica da ordem política e econômica histórica do Estado brasileiro que, durante parte do século vinte se pautou no modelo agrário de exportação.

Novaes (1981) descreve como as cooperativas serviram de instrumento para o Estado contornar os problemas na produção algodoeira na Paraíba, na década de 1970⁴. O papel do Estado, como articulador de um processo de mais de uma década (entre 1964 e 1975) de criação de uma cooperativa responsável pela manutenção do sistema de dominação sobre o trabalho dos trabalhadores (parceiros), em uma usina de beneficiamento de cana de açúcar, em processo de falência devido a tensões entre patrões e empregados, em Pernambuco, é apresentado por Cavendish (1981, p. 87), do qual é pertinente apresentar uma síntese da análise:

Observam-se, portanto, três etapas sucessivas no decorrer do período de intervenção em Caxangá: um primeiro momento, o estado assume o controle da produção agroindustrial com base no assalariamento da população moradora, enquanto adota, paralelamente, medidas visando a preparação para um programa de reforma agrária, instituindo comissões de seleção e treinamento de parceiros para tal fim. Num segundo momento, trata de neutralizar a ação das comissões por ele instituídas que opunham resistência aos grupos hegemônicos do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), no sentido de viabilizar, sem maiores desgastes, uma reorganização da produção agrícola que permitisse não somente a acumulação na unidade fabril, mas também a captação, através da Cooperativa, dos excedentes produzidos no campo. Num terceiro momento assiste-se à formação da CIRA (Cooperativa Integral de Reforma Agrária de Caxangá), com um Conselho Administrativo eleito em assembleia geral e um delegado do IBRA junto àquela entidade. A divisão da área entre os moradores ocorre simultaneamente, estipulando-se como condição de acesso à terra a vinculação do parceiro à Cooperativa.

Confirmando a diversidade implícita na emergência do cooperativismo brasileiro seria inadequado atribuir a influência de imigrantes europeus apenas ao cooperativismo de caráter empresarial (acima descrito). Semelhante à atuação do movimento operário inglês, a descrição do surgimento do cooperativismo agrário nacional, Schneider (1991) e Thenório Filho (2002) mencionam a criação das primeiras cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, por volta de 1902, efetivada a partir de discussões entre trabalhadores rurais como forma de enfrentamento do

⁴ Devido à falência de grandes usinas beneficiadoras de algodão, cooperativas rurais, mistas e agropecuárias, as assumiram, incentivadas por órgãos governamentais como SUDENE e Secretaria da Agricultura e Abastecimento tendo seu patrimônio controlado por bancos estatais. “Para a realização dos empréstimos os bancos exigiam como garantia o próprio patrimônio da sina e títulos ou promissórias endossadas pelos cooperados de melhores condições financeiras, que colocavam seus bens como garantia de parte da dívida. Estes cooperados assumiam a responsabilidade pela administração das cooperativas. Tornavam-se diretores” (NOVAES, 1981, p. 64).

desamparo sofrido pelas comunidades rurais. A criação foi inspirada e articulada principalmente, por liderança religiosa⁵, seguindo o sistema Raiffeisen.

Embora a emergência do movimento no Brasil, fosse em condições e pretensões diferenciadas da experiência europeia, a referência da doutrina nacionalmente disseminada se atribui aos pioneiros de Rochdale e seus princípios como modelo exemplar do cooperativismo moderno. Pois bem, trata-se de um modelo de origem divergente do movimento operário como forma de resistência ao sistema de capital, no caso brasileiro, adotado por cooperativas incentivadas pela iniciativa estatal e interesses elitistas. Possivelmente, a explicação desta referência esteja nas características de Rochdale. As experiências do cooperativismo europeu não se limitavam ao cooperativismo de consumo (como o caso de Rochdale), abrangendo também, cooperativas agrícolas e de crédito.

Nesse ponto é elucidativa a reflexão de Rios (1987), quando argumenta que, mesmo manifestando resistência à exploração dos operários, as cooperativas de consumo não discutiam aspectos relativos à propriedade dos meios de produção, organização do trabalho e oposição direta aos patrões. Ou seja, para a pretensão estatal das cooperativas como instrumento prestador de serviço ao plano de desenvolvimento estatal e aos grandes produtores agrícolas, era conveniente um modelo isento de discussões políticas e ideológicas.

Outra raiz do cooperativismo nacional refere-se às cooperativas incentivadas por movimentos sociais que envolviam trabalhadores de diferentes segmentos das áreas rurais e urbanas e apresentavam uma maior semelhança à ideia europeia do cooperativismo, como resistência às condições de vida e de trabalho predominantes no sistema de capital. Dessa vertente emergiram cooperativas de diferentes ramos (produção, crédito, consumo e comercialização, trabalho), criadas com propósito de inclusão dos menos favorecidos que se estruturavam com base em estudos e discussões, entre os trabalhadores, sobre problemas sociais e causas das próprias condições de precariedade.

Nessa linha, se incluem as cooperativas de produção agropecuária (CPAS), incentivadas pelo movimento dos trabalhadores sem terra (MST) (SANTOS, 2009), as cooperativas de trabalho, das quais parte delas foi criada a partir da falência de grandes indústrias (SCHNEIDER, 1991), as cooperativas de comercialização, criadas por artesãos (GERMER, 2007), as cooperativas de crédito, estruturadas por agricultores familiares, excluídos do acesso ao crédito nos meios oficiais. Essas formas cooperativas são mais recentes e se estruturaram, conforme Cordeiro (2001); Parra (2002); Barreto e Paes de Paula (2009), notadamente, a partir de 1990, quando o país viveu a fase de abertura comercial e as empresas do setor produtivo tiveram a necessidade de reestruturação como exigência para sua sobrevivência e inserção no mercado competitivo internacional. As exigências provocaram crescimento da reserva de trabalhadores pelo enxugamento no número de vagas de trabalho⁶, gerando desemprego no setor industrial e alocação de parte da reserva no setor de serviços.

⁵ “Por iniciativa do Padre Theodoro Amstdt” (SCHNEIDER, 1991, p. 242).

⁶ “Enquanto nos anos 70 e a até a metade da década 80, as reivindicações econômicas dos sindicatos concentravam-se em torno dos reajustes salariais e da rotatividade da mão de obra, nos anos 90, o vocabulário nas associações de trabalhadores mudou. A palavra desemprego e o problema que ela descreve de forma muito limitada, passaram da margem para o centro da agenda sindical” (PARRA, 2002, p. 177).

Tendo por base a importância do trabalho como elemento mediador e entre o homem e a natureza, e, conseqüentemente, transformador da natureza e do próprio homem para o olhar materialista histórico (em que se baseia esta discussão), é fundamental nesta discussão abordar com certa especificidade, a emergência do cooperativismo no ramo trabalho.

Com alguma exceção⁷, as cooperativas de trabalho cooperativas foram criadas por ex-funcionários de empresas que entraram em processo falimentar⁸, normalmente apresentam implicações fundamentais na rotina de trabalho dos envolvidos, visto que se trata de uma transição da condição de operário de um processo até então comandado e controlado por um supervisor, à condição de trabalhador proprietário (CORDEIRO, 2001; PARRA, 2002).

A passagem de operário empregado, supervisionado por instrumentos formais e informais de controle à situação de trabalhador proprietário, envolve comportamentos e atitudes antes desconhecidos pelos indivíduos, principalmente relacionados à participação (PARRA, 2002). Tal mudança requer alterações nas exigências historicamente construídas⁹. Ampliam-se, tanto funções quanto às responsabilidades, que exigem maior nível de informação, capacidade para participar e argumentar em discussões e deliberar assuntos de interesse da cooperativa, da participação ativa decorre da autonomia, de autodeterminação e de autorrealização dos indivíduos como trabalhadores proprietários.

A atuação das cooperativas de trabalho, mesmo que em alguns casos sejam de origem fraudulenta (FARIA, 2009), é permeada pela ausência de um projeto político de base. Neste sentido, Haddad (1998) acredita que a real transformação do sistema, via cooperativas de trabalho, está atrelado à interpretação dos envolvidos com a compreensão da cooperativa como empreendimento político, o que vai muito além de um instrumento de ordem econômica. Em geral, essas cooperativas atuam como mediadoras da contratação de mão-de-obra, especialmente, pela desobrigação do empregador do pagamento de direitos trabalhistas. Essa condição as coloca em posição de fragilidade frente à pressão das empresas capitalistas, em função da condição precária da força de trabalho de que esse sistema é dependente.

Nessa direção, a organização cooperativa perde a noção substantiva e de significado como elemento transformador da realidade social, passando à condição de instrumento colaborador da ordem instalada de exploração de mão de obra, intrínseco ao processo. Nesse sentido, o trabalho ao invés do caminho de valorização e superação da precariedade, segue se aprofundando como valor de troca na lógica de mercado.

⁷ A primeira cooperativa de trabalho no país foi a UNIMED (do sistema UNIMED), na década de 1970, em Florianópolis, como alternativa para superar a proletarização e o desemprego dos médicos (CARNEIRO, 1981).

⁸ Em geral, as cooperativas são formadas por funcionários de idade média maior (acima de 50 anos) e com mais tempo de trabalho na empresa em crise. Por isso, teriam mais direitos trabalhistas acumulados não pagos pela empresa e, em alguns casos, optam por receber parte dos ativos da empresa como forma de pagamento (PARRA, 2002).

⁹ Esse processo de enxugamento da capacidade mental está relacionado à alienação do indivíduo, efetivada durante a Revolução Industrial e intensificado pelo aprofundamento da divisão do trabalho, evidente na passagem da condição de artesão a de trabalhador do processo fabril nas manufaturas (MARX, 2001; ROHM; LOPES, 2015).

3 ORGANIZAÇÃO ENTRE COOPERATIVAS – PASSO INICIAL DO AJUSTAMENTO À LÓGICA MERCANTIL

Devido às diversas origens, os cooperativismos brasileiros se estruturaram também, em diferentes bases representativas, entre outros fatores¹⁰, a atuação estatal se impôs, sendo até mesmo, determinante em alguns casos, como na atividade agrícola. A vertente geradora das grandes cooperativas como instrumento da modernização agrícola recebeu constante e efetivo apoio do Estado, já na sua criação e seguida de incentivos de recursos para investimento, de acordo com o plano de desenvolvimento, na década de 1930 (SCHNEIDER, 1991; PONTES, 2004). O período marcado por intervenção governamental, inclusive no aspecto jurídico¹¹, se estendeu até o final da década de 1980 (RICKEN, 2009). Os incentivos se destinavam a investimentos em infraestrutura, apoio técnico e crédito para cultivo de *commodities*.

A interferência do Estado assumiu um papel ainda mais centralizador da ação cooperativa no período do Governo Militar. Através da Lei 5764/1971, foi instituída a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), criada em 1969, como órgão exclusivo de representação das cooperativas com obrigatoriedade de registro para seu funcionamento, a respeito disso, algumas considerações contribuem para esta discussão.

Pinho (2004) se refere à OCB como unificadora e pacificadora do cooperativismo. Em outra direção, Carneiro (1981) interpreta a atuação estatal sobre o cooperativismo como efêmera, centralizadora, fiscalizadora e controladora da ação política do cooperativismo, situando as ações do movimento como dependentes de órgãos estatais. Tal comportamento se justifica pela carência doutrinária diferindo substancialmente, do movimento europeu. O autor atribui sentido negativo à OCB, afirmando que a organização não representa a posição política das cooperativas, mas sim, a visão governamental sobre o cooperativismo, assim, politicamente, atua contra as cooperativas. “Vale dizer [...] ela não pode ser o pulmão necessário para revitalizar o oxigênio das cooperativas porque, no momento em que o fizer, será controlada pelo gás carbônico do CNC (Conselho Nacional do Cooperativismo).” (CARNEIRO, 1981, p. 189).

A integração entre as cooperativas via OCB tem como ponto de partida um modelo governamental (do topo para a base), ao invés de partir das próprias cooperativas, acrescentando-se, a dependência política e econômica da instituição das contribuições vindas das cooperativas singulares e suas confederações estaduais¹².

Em síntese, Carneiro (1981) enfatiza a dependência da organização das cooperativas, da interferência governamental, referindo-se ao Conselho Nacional de Cooperativismo, extinto em 1990, e substituído pelo Departamento de Cooperativismo e Associativismo (BRASIL/DENACOOB, 2006).

Silva (2006) desenvolve análise semelhante ao se referir ao alinhamento do cooperativismo nacional à perspectiva centralizadora do governo ditatorial. Tal orientação é conteúdo da ata de constituição da OCB ao se referir à sua função

¹⁰ Além do Estado, tiveram influência aspectos de contexto como acirramento da concorrência capitalista e enxugamento dos quadros de trabalhadores na indústria.

¹¹ Fase em que a legislação definiu a intervenção estatal nas cooperativas, principalmente, nos decretos 22.239 de 1932, 23.661 de 1933 e 24.647, de 1938 (RICKEN, 2009).

¹² Também é conteúdo da Lei 5764/71, a instituição das organizações estaduais como representantes das cooperativas filiadas à OCB.

representativa das cooperativas, com a atribuição de representar o cooperativismo perante o governo, mantendo-se de forma independente colaborando, contudo, com lealdade com as autoridades.

No caso das cooperativas oriundas dos movimentos sociais, com identidade semelhante às raízes europeias e propósito de resistência ao sistema dominante, de forma geral, a organização entre elas se estrutura baseada em redes de cooperativas. Sob a ótica da economia institucional (NORTH, 2007) consideram-se quais motivações, além do aspecto econômico, influenciam a atuação das organizações em determinado contexto em função das “regras do jogo”, ditadas pelas condições sociais presentes em tal ambiente. Este é o caso dos sistemas cooperativas de agricultores familiares do ramo leiteiro, descrito por Magalhães (2007)¹³ e Mior (2007) sobre habilidades sociais e incentivos não econômicos como influenciadores da permanência dos produtores no Sul do país, vinculados às pequenas cooperativas que atuam na captação e comercialização do leite. Na mesma direção, pequenas cooperativas de outros ramos têm adotado a prática da organização em rede, orientadas pelo princípio da intercooperação, caracterizando-se pela ausência de hierarquia e centralização de poder (CRUZIO, 2006).

Com relação ao formato organizacional assumido pelas centrais de cooperativas, é primordial considerar que, a base que justifica a estruturação dessas cooperativas de segundo e terceiro grau, se fundamenta basicamente, em dois aspectos: um deles, possivelmente, o menos importante, seria a possibilidade de representação dos interesses das cooperativas associadas junto aos órgãos e instituições governamentais e instituições de nível nacional e internacional. Nesta direção, as centrais atuam servindo como corredor de escoamento das reivindicações dos cooperados, aliado à maior visibilidade das cooperativas. Sobre este aspecto, é pertinente o alerta de Cruzio (1999), ao considerar que, o foco no atendimento das condições institucionais, impostas em termos de processos e controles ditados pela “superestrutura”, tende a afastar as cooperativas singulares do cooperante. Conseqüentemente, apresentam-se problemas decorrentes de diversas dimensões, presentes na existência das cooperativas, relativos à autogestão, pressão institucional, administração da cooperativa e autonomia de fiscalização.

O outro aspecto volta-se à ideia centrada na lógica de mercado, pautada no argumento da necessidade de inserção das cooperativas, por meio de suas centrais, na competitividade em relação às grandes corporações capitalistas. Mesmo que se trate de atuação em conjunto, o fato é que este aspecto concretiza um direcionamento à racionalidade capitalista que tem o mercado como elemento central. As centrais de cooperativas, embora tenham emergido de diferentes correntes de cima para baixo (OCB) e outras de baixo para cima (redes de cooperativas), apresentam em comum, a característica de se voltarem ao mercado e exercer forte influência nos rumos tomados pelas diferentes faces dos cooperativismos no cenário brasileiro.

Direcionadas ao mercado, centrais e redes de cooperativas atuam guiadas por princípios burocráticos (PRESTES MOTTA, 1981), ou seja, dirigindo e

¹³ O autor relata a experiência da atuação colaborativa das cooperativas nos ramos de crédito, assistência técnica e de captação e comercialização de leite da Região Sul, frente à ameaça de formação de monopólio das grandes empresas do ramo lácteo. Entre os incentivos não econômicos recebidos pelos produtores destaca-se a relação de proximidade com os freiteiros responsáveis pela coleta do leite nas propriedades com os produtores.

controlando as atividades das cooperativas filiadas, tendo em vista fins práticos de alcance estratégico, como constatam os estudos de Magalhães (2007), Freitas e Freitas (2013) e Carneiro (2013). Além disso, apresentam situações em que, a busca pela expansão, força alterações fundamentais (estatutárias definidas na formação da cooperativa), baseadas em critérios técnicos para atender às condições impostas pelo mercado. Tal intento tem servido como subsídio para elaborar, justificar e implementar os modelos e ferramentas que dirigem o funcionamento das atividades rotineiras das cooperativas¹⁴.

A diversidade nos cooperativismos atuantes no cenário nacional também se evidencia na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, que constitui a alternativa para registro das cooperativas não filiadas à OCB¹⁵, até então, órgão exclusivo de representação cooperativista, concedida pela Lei 5.764/71. No olhar estatal, o cooperativismo é uma política pública e a SENAES representa as iniciativas cooperativas de caráter solidário (PONTES, 2004; FARIA, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar sobre o curso do cooperativismo no Brasil revela nuances que apontam para a diversidade dos elementos históricos e contextuais, que podem ser considerados determinantes tanto na criação quanto na organização entre cooperativas. Assim sendo, consideramos adequado nos referirmos ao movimento no plural “cooperativismos”. Esta constatação justifica a opção por esta descrição não caracterizar a emergência cooperativista baseada em classificações e enquadramentos quais sejam tipos, configurações, ramos e momentos históricos específicos.

A trajetória das cooperativas brasileiras apresenta contradições, entre elas a forte presença estatal, as diferentes nuances influenciadoras dos cooperativismos e as características das estruturas de representação. No entanto, as referências consultadas revelam que, se as cooperativas brasileiras se diferenciam em suas origens (via incentivo estatal desenvolvimentista, criadas por movimentos sociais e alterações contextuais na concepção de trabalho), se assemelham no alinhamento à busca da eficiência. Esta condição explica e justifica a adoção, pelas cooperativas, dos princípios do modelo burocráticos de organização como alternativa para atender às condições impostas pela economia de mercado.

Neste sentido o processo de organização entre cooperativas pode ser considerado um ponto de inflexão, principalmente pelas condições implícitas na decisão em relação à representatividade. No caso das cooperativas criadas com propósito de inclusão dos desfavorecidos, as leituras realizadas indicam que a motivação determinante para estruturação da organização representativa emerge da

¹⁴ No caso da OCB, pode-se citar o Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC) que propõe, para o período 2016 e 2017, a implantação de boas práticas de gestão e de governança (BRASIL COOPERATIVO, 2016). No caso das redes de cooperativa, entre os programas propostos encontra-se o Programa Nacional de Fomento e Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Solidário da Agricultura Familiar e Reforma Agrária que trata das ferramentas de gestão, diagnóstico e plano de qualificação do empreendimento (UNISOL BRASIL, 2016).

¹⁵ “A partir do ano de 1988, esta organização privada passa a ser apenas uma organização representativa de certo grupo de cooperativas, sendo filiação a esta, uma questão facultativa às cooperativas, restando o registro obrigatório apenas em órgãos governamentais (as esferas municipal, estadual e federal)” (PONTES, 2004, p. 46).

busca pelo crescimento aliado à expansão. Tal busca representa um rompimento com a razão de ser destas cooperativas e, pode ser considerado o princípio do distanciamento entre a cooperativa e os cooperantes.

Implícita na opção pela expansão está a busca pelo crescimento acompanhado pela competitividade, objetivo central da economia de mercado. Assim, as cooperativas vão aderindo à lógica mercantil e, ao mesmo tempo, vai se concretizando o afastamento da razão de ser. Mesmo tendo como fundamento central e denominação jurídica, se caracterizem como sociedade de pessoas, as cooperativas têm pautado sua estrutura e atuação, pelas ferramentas e modelos de organizações de caráter burocrático.

REFERÊNCIAS

BARRETO; R.O.; PAES DE PAULA; A. **Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista.** Rio de Janeiro, p. 201-213. Cadernos EBAPE, v. 7, n. 2, junho/2009.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária. **Evolução do cooperativismo no Brasil.** DENACOOPEM ação/ Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária – Brasília: MAPA, 2006.

BRASIL COOPERATIVO. **Cooperativas poderão aderir ao novo ciclo do PDGC a partir de segunda feira.** Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/agencia_noticias/noticias_detalhes.asp?CodNoticia=19512>. Acesso em: 05/04/2016.

CARNEIRO, L. M. **A institucionalização de práticas de controle em empreendimentos de economia social e solidária.** Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Contabilidade e finanças da UFPR. Curitiba, 2013.

CARNEIRO, P. P. **Co-operativismo – o princípio co-operativo e a força existencial-social do trabalho.** Belo Horizonte, FUNDEC , 1981.

CAVENDISH, S. Cooperativismo e dominação. In: LOUREIRO, M. R. (org) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981. p. 155.

CORDEIRO, S. M.; **O papel das cooperativas de trabalho no contexto das transformações da sociedade brasileira:** um estudo de caso do município do Rio de Janeiro. 114p. Dissertação apresentada à escola brasileira de administração pública. Rio de Janeiro, 2001.

CRUZIO, H. O. **Ideologia e autogestão, contradição do cooperativismo agropecuário/industrial brasileiro:** o caso da inversão decisória. 306p. Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 1994.

CRUZIO, H. O. Porque as cooperativas agropecuárias e agroindustriais brasileiras estão falindo? **Revista de Administração de empresas**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, 1999, p 18-26.

CRUZIO, H. O. **Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento**: o trabalho flexível em torno de processos, sob habilidades e equipes. Coleção FGV negócios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FAORO, R. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA, J.H. **Gestão participativa – relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F. Análise institucional de mudanças organizacionais em um sistema de crédito solidário de minas gerais. **Revista de administração pública**, v. 47, n. 40, jul/ago/2013, p.999-1020.

GERMER, C. A economia solidária: uma crítica marxista. **Revista de estudos de direito cooperativo e cidadania**. In: GEDIEL, J.A. (org). Curitiba: UFPR, 2007. P. 193-214.

GIDE, C. **O Cooperativismo**. Tradução Egídio Francisco Schmitz. Editora Confedras: Brasília, 2008.

HADDAD, F. **Sindicatos, Cooperativas e Socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

MADLENATZ, G. **História das doutrinas cooperativistas**. Tradução: José Carlos Castro; Maria da graça Leal; Carlos Potiara Castro. Editora Confedras: Brasília, 2003.

MAGALHÃES, R. Habilidades sociais no mercado de leite. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 2, abr/jun/2007, p. 15-25.

MARX, K. O Cooperativismo. In: MARX, K.; LUXEMBURGO, R.; LENINE, P.; TSE-TUNG, M. **Cooperativismo e socialismo**. Centelha: Coimbra, 1979. P.13-29.

MIOR, L. C. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. Colóquio internacional de desenvolvimento rural sustentável. Florianópolis (2007).

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

NOVAES, J. R. Cooperativismo: acumulação e mudança social. In: LOUREIRO, M. R. (org) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

OCB – organização das Cooperativas Brasileiras – **Apresentação institucional sistema cooperativista 2011**. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/140411_apresentacaoinstitucional2010_1.pdf>. Acesso em: 26/10/2015.

PARRA, H. Z. P. **Liberdade e necessidade**: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia. 265p. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas da USP. São Paulo, agosto de 2002.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINHO, D. B. **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundação Friedrich Naumann, 1974.

PONTES, Daniele Regina. **Configurações contemporâneas do cooperativismo: da economia ao direito**. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

PRESTES MOTTA, F. C. **O que é burocracia**. 12. Ed. São Paulo, Brasiliense: 1981.

RICKEN, J. R. **A Integração econômica e social das cooperativas agropecuárias do Paraná**. 129p. Dissertação apresentada à EBAPE/FGV, Rio de Janeiro, 2009.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ROHM, R. H.; LOPES, N. O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE**, v. 13, n. 2, abr/jun/2015, p. 334-345.

SANTOS, T. I. **O mito do cooperativismo – cooperativa de associados ou condomínio de sócios?** 168p. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPR, Curitiba, 2009.

SCHNEIDER, O. **Democracia - participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: Unisinos, 1991.

SILVA, E. F. **A organização das cooperativas brasileiras e a negação do direito fundamental à livre associação**. 138p. Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Direito da UFPR. Curitiba, 2006.

THENÓRIO FILHO, L. D. **Pelos caminhos do cooperativismo com destino ao crédito mútuo**. 2. ed. Editora Confabras: Brasília, 2002.

UNISOL BRASIL. **Aberta a inscrição para o programa ATER mais gestão**. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/aberta-inscricao-para-adesao-ao-programa-ater-mais-gestao>>. Acesso em: 05/04/2016.

VIZEU, F. F. **Management no Brasil em perspectiva histórica**: o projeto do IDORT nas décadas de 1930 e 1940. 254p. Tese apresentada ao programa de doutorado de administração de empresas da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2008.

WESTPHAL, V. H. Os sistemas cooperativistas brasileiro e alemão: aspectos comparativos. **Revista de contabilidade e organizações**, v. 2, n. 4, set/dez 2008, p. 40-54.